

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

97 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 11 a 15/10/2021):

1. RELAÇÕES UI	E - REINO UNIDO	1
2. COMISSÕES P.	ARLAMENTARES DO PE	2
3. COMISSÃO EU	JROPEIA POLÓNIA E O PRIMADO DO DIREITO EUROPEU	3
4. OCDE - REFO	RMA DA TRIBUTAÇÃO INTERNACIONAL	4
5.CONFERÊNCL	A SOBRE O FUTURO DA EUROPA	4
	Painéis de cidadãos europeus	4
	Encontro Europeu da Juventude	5
6. PRÉMIO DE JO	ORNALISMO DAPHNE CARUANA GALIZIA DE 2021	5
7. PRÉMIO SAKI	HAROV - FINALISTAS	5
8. COMISSÃO EU	JROPEIA PREÇOS DA ENERGIA	6
9. COMISSÃO EU	JROPEIA - ESTRATÉGIA PARA O ÁRTICO	6
10. REUNIÓES DO CONSELHO DA UE		7
	Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Desenvolvimento	7
	Conselho (Agricultura e Pescas)	7
	Reunião informal dos ministros da Saúde	7
	Reunião informal dos ministros das Telecomunicações	7
	Conselho EPSCO sobre Emprego e Política Social	8
11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA		8
	Parlamento Europeu	8
	Comissão Europeia	8
	Conselho da União Europeia	8



1. RELAÇÕES UE - REINO UNIDO

Ao longo das últimas Sínteses, temos vindo a referir as <u>divergências entre a União Europeia e o Reino Unido</u> sobre a aplicação do Protocolo Relativo à Irlanda do Norte (explicador da BBC <u>aqui</u>), que é parte integrante do <u>Acordo de Saída</u>, acordado conjuntamente e ratificado pela UE e pelo Reino Unido e em vigor desde 1 de fevereiro de 2020. O objetivo é proteger o Acordo de Sexta-Feira Santa (Acordo de Belfast), mantendo a paz e a estabilidade na Irlanda do Norte, evitando uma fronteira física na ilha da Irlanda e preservando simultaneamente a integridade do mercado único da UE.

O Governo do Reino Unido tem disputado a aplicação deste Protocolo, tendo o Ministro responsável pelo Brexit, David Frost, enunciado esta semana, num discurso em Lisboa (disponível aqui e detalhe aqui), a perspetiva britânica sobre uma possível renegociação deste Protocolo, anunciando que será apresentado à Comissão Europeia um texto para um novo Protocolo (recorde-se que o Protocolo em vigor resulta, igualmente, de uma proposta de novo Protocolo apresentada pelo RU em outubro de 2019). No essencial, e fazendo fé no discurso proferido, o RU pretende um "Protocolo é virado para o futuro", pois o "original foi acordado numa altura em que não sabiamos se haveria um acordo comercial entre o RU e UE". Por outro lado, e este será um dos pontos mais complexos, o RU sugere que seja "arbitragem internacional em vez de um sistema onde o direito da UE é aferido pelo tribunal de uma das partes, o Tribunal de Justiça Europeu.", argumentando que tal significa que "a UE pode fazer leis que se aplicam na Irlanda do Norte sem qualquer tipo de escrutínio ou discussão democrática".

Por seu lado, a Comissão Europeia apresentou esta semana (detalhe <u>aqui</u>) um **pacote com disposições específicas** para as dificuldades que a população da Irlanda do Norte tem vindo a enfrentar na sequência do Brexit, considerando que tal vai ao encontro da estabilidade e da previsibilidade na ilha da Irlanda. O *Politico* disponibilizou um explicador sucinto, disponível <u>aqui</u>.

O Vice Presidente Maroš Šefčovič referiu que «Ouvi e dialoguei com as partes interessadas da Irlanda do Norte. As propostas hoje apresentadas constituem uma resposta genuína às suas preocupações. Envidámos esforços significativos para permitir uma mudança concreta no terreno, em resposta aos receios manifestados pelos cidadãos e pelas empresas da Irlanda do Norte." Este pacote consiste em quatro non-papers (textos oficiosos e não-legislativos), em quatro domínios fundamentais (secção de Perguntas e Respostas disponível):

- 1. Alimentação, saúde animal e fitossanidade (ou seja, «questões sanitárias e fitossanitárias») que permitirá uma redução de aproximadamente 80% das verificações: trata-se de uma solução específica para a Irlanda do Norte, com uma simplificação considerável da certificação e uma redução significativa (cerca de 80 %) dos controlos oficiais relativamente a uma vasta gama de produtos a retalho provenientes da Grã-Bretanha e destinados a serem consumidos na Irlanda do Norte. De modo a proteger a integridade do mercado único, o Reino Unido assumiria o compromisso de concluir a construção de postos de controlo fronteiriços permanentes, a utilização de embalagens e rótulos indicando especificamente que as mercadorias se destinam apenas à venda no Reino Unido, e um controlo reforçado das cadeias de abastecimento.
- 2. Formalidades aduaneiras flexíveis para facilitar a circulação de mercadorias da Grã-Bretanha para a Irlanda do Norte, através de simplificação que permitirá reduzir para metade a documentação atualmente necessária para as mercadorias que circulam da Grã-Bretanha para a Irlanda do Norte. Tal implica o compromisso do Reino Unido no sentido de proporcionar acesso pleno e em tempo real aos sistemas informáticos, uma cláusula de revisão e denúncia, bem como a aplicação, pelas autoridades aduaneiras e de fiscalização do mercado do Reino Unido, de medidas de controlo e execução adequadas.
- 3. Reforço do diálogo com as partes interessadas e as autoridades da Irlanda do Norte, para tornar a aplicação do Protocolo mais transparente, respeitando a ordem constitucional

1



do Reino Unido. Tal passaria por diálogos estruturados entre as partes interessadas da Irlanda do Norte (autoridades, sociedade civil e empresas) e a Comissão, a criação de grupos estruturados com a participação de peritos, bem como uma ligação mais forte entre a Assembleia da Irlanda do Norte e a Assembleia Parlamentar de Parceria UE-Reino Unido. Será igualmente criada uma página de internet para mostrar de forma clara e abrangente a legislação da UE aplicável na Irlanda do Norte.

4. Segurança ininterrupta do abastecimento de medicamentos da Grã-Bretanha para a Irlanda do Norte a longo prazo: as empresas farmacêuticas da Grã-Bretanha, quando abasteçam o mercado da Irlanda do Norte, poderão manter todas as suas funções reguladoras onde se encontram atualmente implantadas. Isto significa, por exemplo, que a Grã-Bretanha pode continuar a funcionar como plataforma para o fornecimento de medicamentos genéricos à Irlanda do Norte, apesar de ser atualmente um país terceiro, o que implica que a UE altere as suas próprias regras em matéria de medicamentos.

No que diz respeito às próximas etapas, os peritos da Comissão deslocar-se-ão a Londres para começar a debater em pormenor estes quatro documentos oficiosos com o Governo do Reino Unido. A Comissão disponibilizou os <u>documentos oficiosos</u>, bem como fichas de informação sobre <u>Exemplos concretos deste pacote</u>, sobre os <u>Benefícios do Protocolo</u> e <u>Exemplos de flexibilidades já identificadas</u>.

David Frost deu uma entrevista ao Politico, reagindo a estas propostas, disponível aqui.

2. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PE

LIBE

A Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos adotou a sua posição em duas propostas que visam o <u>reforço do mandato da Europol</u>, equilibrando as novas capacidades com uma salvaguarda e supervisão mais fortes dos direitos fundamentais. A primeira iniciativa permite à Europol colocar alertas no Sistema de Informação Schengen (atualmente reservado aos Estados-Membros) e a segunda permite que a Europol proceda à partilha de dados com privados quando estejam em causa conteúdos terroristas ou material relativo ao abuso sexual de crianças. Este reforço no mandato da agência reflete as rápidas mudanças tecnológicas que têm impacto na atividade criminosa.

Membros desta Comissão e da Comissão do Controlo Orçamental reuniram esta semana com entidades diversas eslovenas, em Liubliana, para avaliar as questões relativas ao Estado de direito, liberdade de imprensa e esforços anti-corrupção. Esta visita, realizada no âmbito do Grupo de Acompanhamento da Democracia, Estado de Direito e Direitos Fundamentais da Comissão LIBE, suscitou uma intensa polémica no final da semana após o Primeiro-Ministro esloveno, Janez Janša (Presidência em exercício do Conselho da UE), ter publicado um tweet (entretanto apagado, mas reproduzido abaixo) em que se refere a vários Deputados europeus como "fantoches de George Soros".

Tal que gerou várias reações de líderes europeus, como o Presidente do PE, David Sasoli, que considerou tratar-se de um ataque aos Deputados, e do Primeiro-Ministro neerlandês, Mark Rutte, que chamou o Embaixador esloveno na Haia e descreveu esta referência como sendo de mau gosto, e do Secretário de Estado francês para os Assuntos Europeus, Clément Beaune, que referiu tratar-se de uma provocação que devia ser evitada.

Janez Janša respondeu, igualmente no Twitter, a estas críticas numa escalada verbal inédita a nível dos líderes europeus (o *Politico* faz uma síntese <u>aqui</u>).

-

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE.









IMCO

A Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores decidiu organizar uma <u>audição pública com</u>

testemunhos do impacto negativo dos produtos das grandes empresas tecnológicas nos seus utilizadores e convidar, para a audição do dia 8 de novembro, Frances Haugen (funcionária que denunciou o Facebook).

ENVI

A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar adotou recomendações sobre a implementação da <u>Estratégia Farmacêutica para a UE</u> e as próximas revisões do seu quadro legislativo, tendo os deputados aludido, nomeadamente, à necessidade focar as políticas de saúde nos pacientes, aumentando a acessibilidade e disponibilidade de medicamentos e desenvolvendo um sistema de alerta prévio em caso de escassez, bem como tornar a indústria farmacêutica amiga do ambiente e neutra para o clima mas também inovadora e competitiva.

A Comissão adotou ainda a sua <u>posição relativamente à COP26</u>, referindo a importância dos países do G20 liderarem e comprometerem-se com a neutralidade climática e apelando a um maior apoio financeiro para o combate às alterações climáticas.

3. COMISSÃO EUROPEIA | POLÓNIA E O PRIMADO DO DIREITO EUROPEU

Na <u>Síntese n.º 92</u> havíamos já dado nota das decisões da Comissão Europeia relativas às decisões do Tribunal de Justiça sobre o sistema judicial polaco e a sua independência.

Por outro lado, na <u>Síntese n.º 96</u>, referimos o acórdão do Tribunal Constitucional polaco que declarou que a <u>Constituição polaca tem precedência sobre algumas normas da UE</u> e que *o esforço do Tribunal de Justiça da UE para interferir no sistema de justiça polaco viola o princípio do Estado de direito, o princípio do primado da Constituição polaca e o princípio da manutneção da soberania no processo de*



integração europeia. Registámos, igualmente, a reação da Comissão Europeia, que entende que esta decisão levanta sérios problemas no que diz respeito ao primado do direito da UE e à autoridade do Tribunal de Justiça da UE (TJUE).

Esta semana, o Governo polaco publicou este acórdão no jornal oficial, o que determina a sua entrada em vigor. A Comissão Europeia está a avaliar as próximas medidas, tendo o Comissário responsável pelo Orçamento, Johannes Hahn, referido que "certamente haverá mais reações" a esta medida. De notar que, no respeitante ao Regulamento relativo a um regime geral de condicionalidade para a proteção do orçamento da União, em vigor desde 1 de janeiro de 2021 mas ainda não aplicado, a Polónia e a Hungria recorreram a este mesmo TJUE para anular a sua vigência, considerando que visa apenas administrar punições políticas aos países e não proteger o orçamento. Existem indicações informais de que a Comissão poderá acionar este mecanismo nas próximas semanas.

Finalmente, e para complemento desta informação, fazemos referência uma análise jurídica e académica deste acórdão da diferença existente com os recentes acórdãos do Tribunal Constitucional alemão, disponível aqui.

4. OCDE - REFORMA DA TRIBUTAÇÃO INTERNACIONAL

O Comissário Europeu para a Economia, Paolo Gentiloni, fez uma <u>declaração</u> em nome da Comissão Europeia sobre o Acordo Global no âmbito do G20 sobre a reforma da tributação internacional que tem vindo a ser trabalhada ao nível da OCDE (dossiê completo <u>aqui</u>). Gentiloni referiu que <u>o acordo dos ministros das finanças do G20</u> é um passo fundamental para a implementação da <u>histórica reforma fiscal global</u>, com 136 jurisdições a bordo, incluindo todos os membros do G20, todos os membros da OCDE e todos os Estados-Membros da UE que fazem parte do Quadro Inclusivo.

Notou que, assim que a OCDE tiver finalizado as regras-modelo do Pilar 2, a Comissão irá rapidamente apresentar uma **directiva para a sua implementação na UE**. Para o Pilar 1, iremos examinar cuidadosamente se uma directiva é necessária para assegurar a sua implementação coerente e eficaz a nível da UE.

5.CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA

Painéis de cidadãos europeus²

Nos dias 15 a 17 de outubro, terá lugar o <u>quarto painel de cidadãos</u> no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa, dedicado ao tema *A UE no Mundo/Migração* (toda a informação sobre este painel <u>aqui</u> e sobre os trabalhos dos painéis até agora disponível <u>aqui</u>). Em seguida, os painéis reunir-se-ão de novo *online* em novembro para a sua segunda sessão, sendo que a terceira sessão terá lugar em institutos europeus em várias cidades europeias (Dublin, Florença, Varsóvia e Maastricht) em dezembro e janeiro, para concluir os seus trabalhos.

A primeira reunião do Painel de Cidadãos Europeus teve lugar de <u>17 a 19 de setembro</u> no PE em Estrasburgo, seguida de uma segunda reunião a <u>24-26 de setembro</u> e de uma terceira reunião a <u>1-3 de outubro</u>. Em cada Painel, 200 cidadãos de todos os Estados-Membros (um terço dos quais com menos de 25 anos) debatem tópicos no âmbito das suas respectivas competências:

- 1. Uma economia mais forte, justiça social, emprego / educação, juventude, cultura, desporto / transformação digital;
- 2. democracia / valores europeus, direitos, Estado de direito, segurança;

_

² Fonte: Serviço de Imprensa do PE e Plataforma Digital Multilingue.



- 3. Alterações climáticas, ambiente/saúde; e,
- 4. UE no mundo/migração.

Encontro Europeu da Juventude³

O <u>Encontro Europeu da Juventude (EYE2021) realizou-se nos dias 8 e 9 de outubro</u>, reunindo 5.000 jovens no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, e outros 5.000 participaram em linha para discutir mais de 2.000 ideias para moldar o futuro da Europa. O site dedicado está disponível <u>aqui</u>.

Este processo de consulta dos jovens para a Conferência sobre o Futuro da Europa iniciou-se em maio de 2021, tendo sido recolhidas mais de 2.000 propostas sobre o futuro da Europa através da plataforma *online* youthideas.eu. Foram selecionadas as 20 ideias mais populares, que serão apresentadas por dois jovens participantes na próxima sessão plenária da Conferência sobre o Futuro da Europa, que terá lugar nos dias 22 e 23 de outubro, em Estrasburgo. A título de exemplo, os jovens identificaram as alterações climáticas, a COVID-19 e as preocupações de segurança internacional como desafios significativos para a UE, apresentaram propostas para uma Europa mais federal, bem como planos para garantir uma maior responsabilização das empresas pela sua contribuição para as alterações climáticas.

6. PRÉMIO DE JORNALISMO DAPHNE CARUANA GALIZIA DE 2021⁴

No dia 14 de outubro, foi atribuído - pela primeira vez - o **Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia aos jornalistas do Projeto Pegasus**, coordenado pelo consórcio **Forbidden Stories** (Histórias Proibidas). Este prémio foi criado em dezembro de 2019 pelo PE, em homenagem a Daphne Caruana Galizia, bloguista e jornalista de investigação maltesa, assassinada em 2017 num atentado com um carro armadilhado. O prémio será atribuído anualmente por volta do dia 16 de outubro, data em que Daphne Caruana Galizia foi assassinada, recompensando o jornalismo de excelência que fomente e defenda os princípios e valores fundamentais da União Europeia.

O vencedor, <u>Forbidden Stories</u>, é um consórcio de jornalistas cuja missão consiste em aprofundar as investigações de casos de jornalistas assassinados, detidos ou sob ameaça. Desde a sua fundação, em 2017, o Forbidden Stories e os seus parceiros têm prosseguido o trabalho de Daphne Caruana Galizia e de jornalistas assassinados na sequência das suas investigações. A história vencedora «*Pegasus: The new global weapon for silencing journalists»* revelou uma fuga de informação sem precedentes de mais de 50 mil números de telefone selecionados para vigilância pelos clientes da empresa israelita NSO Group, demonstrando que a tecnologia tem sido utilizada de forma abusiva durante anos. Os jornalistas do Projeto Pegasus analisaram os registos telefónicos e conseguiram vislumbrar esta ferramenta de vigilância, e que - pelo menos - 180 jornalistas foram selecionados como alvos em países como a Índia, o México, a Hungria, Marrocos e a França, entre outros.

7. PRÉMIO SAKHAROV - FINALISTAS

Na <u>Síntese n.º 95</u>, havíamos dado nota dos candidatos que os grupos políticos propuseram para o <u>Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento</u> para homenagear pessoas e organizações que se destacam nos âmbitos dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, desde a sua criação em 1988. Esta semana, foram decididos os <u>três finalistas</u> para 2021:

 Alexei Navalny, nomeado pelos grupos PPE e Renew Europe devido à sua coragem na luta pela liberdade, democracia e direitos humanos, é um político da oposição russa, ativista da

-

³ Fonte: Serviço de Imprensa do PE

⁴Fonte: Serviço de Imprensa do PE.



- anticorrupção e grande oponente político do presidente Vladimir Putin, conhecido pelo seu blog Livejournal, no Youtube e no Twitter.
- **As mulheres afegãs**, nomeadas pelos grupos S&D e Verdes/ALE, pela sua luta pela igualdade e pelos direitos humanos. Durante o anterior regime talibã, as mulheres foram alvo de casamentos forçados, elevada mortalidade materna, baixa alfabetização, testes de virgindade forçada e não podiam viajar sem a presença de um homem. Após o regresso dos talibãs ao poder, estão novamente novamente excluídas do governo e da educação e os seus direitos e liberdades encontram-se ameaçados.
- **Jeanine Áñez,** nomeada pelo ECR, é uma política boliviana e símbolo da repressão contra os dissidentes, a privação de processos legais e do Estado de direito na América Latina. Tornou-se Presidente interina do país em novembro de 2019, depois da suposta fraude eleitoral pelo incumbente Evo Morales. Em novembro de 2020, após o decorrer de eleições livres e justas, houve uma transferência pacífica de poder. No entanto, a 13 de março de 2021, foi presa sob a acusação de "*terrorismo, sedição e conspiração*", acusada de planear um golpe de Estado contra Morales.

No dia 21 de outubro, o vencedor será escolhido pelo Presidente do Parlamento e pelos líderes dos grupos políticos. A cerimónia de entrega do Prémio Sakharov terá lugar a 15 de dezembro.

8. COMISSÃO EUROPEIA | PREÇOS DA ENERGIA

A Comissão Europeia <u>adotou</u> uma <u>comunicação sobre os preços da energia</u> para fazer face ao <u>aumento excecional dos seus preços mundiais</u>, incluindo um conjunto de medidas a que a UE e os Estados-Membros podem recorrer para dar resposta aos impactos imediatos dos atuais aumentos de preços e reforçar a resiliência contra choques futuros. A prioridade será para medidas direcionadas, que possam mitigar rapidamente o impacto dos aumentos dos preços nos grupos vulneráveis e pequenas empresas. Destacam-se nas **medidas imediatas** o <u>apoio de emergência ao rendimento das famílias, auxílios estatais às empresas e reduções específicas de impostos</u>, devendo ser acelerada a transição para energias limpas como melhor seguro contra choques de preços no futuro. A **médio prazo** prevêem-se investimentos nas energias renováveis e na eficiência energética, possíveis medidas relativas ao armazenamento de energia e à aquisição de reservas de gás e avaliação da atual configuração do mercado da eletricidade, contribuindo para uma transição energética economicamente acessível, justa e sustentável na Europa e para uma maior independência energética.

Esta comunicação será apresentada aos deputados do PE e aos ministros da energia nas próximas semanas e o tema será debatido no próximo Conselho Europeu de 21 e 22 de outubro.

A Comissão preparou uma seção de perguntas e respostas sobre o tema.

9. COMISSÃO EUROPEIA - ESTRATÉGIA PARA O ÁRTICO

Também esta semana a <u>Comissão e o Alto Representante apresentaram</u> a abordagem para **um** empenhamento mais forte da UE em prol de um Ártico pacífico, sustentável e próspero, procurando a <u>comunicação</u> responder aos desafios e oportunidades relativas às alterações climáticas, matérias-primas e influência geoestratégica em termos geopolíticos, ambientais, económicos, de segurança e sociais.

A UE criará um gabinete da Comissão Europeia na Gronelândia e prevê-se que o financiamento da UE seja também orientado para a transição ecológica no Ártico. Os objetivos principais da UE são:



- um diálogo pacífico e construtivo para a cooperação internacional para garantir a segurança e estabilidade do Ártico;
- combater o impacto ecológico, social, económico e político das alterações climáticas e degradação ambiental, tornando o Ártico mais resiliente;
- um desenvolvimento abrangente, inclusivo e sustentável das regiões do Ártico em benefício dos seus habitantes atuais e gerações futuras.

A seção de perguntas e respostas elaborada pela Comissão Europeia complementa esta informação.

10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Desenvolvimento

Os ministros trocaram pontos de vista sobre a <u>situação no Afeganistão</u> e debateram vias concretas para continuar a apoiar o povo afegão, convergindo as opiniões no sentido da necessidade de reforçar o apoio e ajuda humanitária acrescida, adotando uma abordagem calibrada, não implicando esta o reconhecimento do regime talibã.

Conselho (Agricultura e Pescas)

No âmbito das <u>pescas</u>, os ministros chegaram a acordo sobre os totais admissíveis de capturas (TAC) e <u>quotas dos Estados-Membros para as dez unidades populacionais do mar Báltico</u> mais importantes do ponto de vista comercial para 2022, fixando as <u>quantidades máximas de captura por Estado-Membro para 2022</u>, trocaram pontos de vista sobre as possibilidades de pesca para as <u>unidades populacionais partilhadas com o Reino Unido</u> para 2022, sobre as consultas com a Noruega e os Estados costeiros também sobre as possibilidades de pesca e forneceram orientações à Comissão sobre a posição a adotar pela UE na reunião anual da Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (<u>CICTA</u>). No que se refere à <u>agricultura</u>, foi debatido o ponto de situação sobre a preparação dos planos estratégicos nacionais a elaborar no âmbito da <u>reforma da Política Agrícola Comum (PAC)</u>, a revisão das normas de comercialização da UE para os produtos agrícolas (incluindo regras de rotulagem específicas), a <u>Nova Estratégia da UE para as Florestas 2030</u>, assim como o potencial contributo dos setores agrícola e florestal para o pacote <u>Objetivo 55</u>.

Reunião informal dos ministros da Saúde

Os ministros discutiram a <u>construção de uma união para a saúde resiliente</u>, <u>os sistemas europeus de saúde e o estado da situação pandémica e de vacinação</u>. Os ministros concordaram com a necessidade de melhorar a autonomia da UE no campo dos medicamentos e sua capacidade de produção, maior cooperação entre os Estados, mais investimento na saúde e apoio à implementação de soluções inovadoras que tornem os sistemas de saúde mais resilientes.

Reunião informal dos ministros das Telecomunicações

A <u>reunião</u> focou-se sobretudo no debate de orientação sobre a <u>proposta de Regulamento Inteligência Artificial</u>, sua configuração regulamentar e os desafios da sua aplicação efetiva, tendo os ministros enfatizado os benefícios económicos e societários que a inteligência artificial pode trazer para diversos setores mas alertando para a necessidade de proteger a privacidade, segurança e criar confiança na novas tecnologias. As normas a criar, de acordo com o discutido, deverão ser vocacionadas para o futuro, com uma abordagem baseada no risco e centradas nos humanos.



Conselho EPSCO sobre Emprego e Política Social

Os ministros realizaram um <u>debate</u> de orientação sobre o futuro do Semestre Europeu e orientações políticas de emprego dos Estados-Membros e integração da perspetiva de género no orçamento da UE. Discutiram ainda a segurança e saúde no futuro do trabalho e o Livro Verde sobre o Envelhecimento.

11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, terá lugar a sessão plenária do PE, em Estrasburgo, destacando-se o debate com o **Primeiro-Ministro polaco** Mateusz Morawiecki e a presidente da Comissão Europeia sobre a *Polónia e os desafios à ordem jurídica e aos valores da UE*, a avaliação pelos Grupos Políticos das prioridades do *Programa de trabalho da Comissão para 2022*, a votação das *recomendações para a Conferência da ONU sobre Alterações Climáticas (COP 26)*, que se realiza em Glasgow, de 1 a 12 de novembro, o debriefing *sobre o Conselho Europeu de 21-22 de outubro*, a votação de resolução sobre as consequências dos *Pandora Papers e acordo fiscal global OCDE/G20*, o debate sobre a *parceria reforçada entre a UE e Taiwan*, sobre a *extrema-direita e o aumento do racismo na Europa* e a adoção de um *"estatuto europeu do artista" para proteger os trabalhadores da cultura.*

Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>19 de outubro</u>, com destaque para a adoção do **Programa de Trabalho da Comissão para 2022**, a Comunicação sobre *A Economia da UE após COVID-19: implicações para a governação económica*, e o Pacote sobre o Alargamento.

Conselho da União Europeia

O <u>calendário</u> completo está disponível, destacando-se:

- 18.10: Conselho Negócios Estrangeiros
- 19.10: Conselho (Assuntos Gerais)
- 20.10: Cimeira Social Tripartida
- 21.10: Conselho Europeu, 21-22 de outubro de 2021

Bruxelas | 15 de outubro de 2021

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

e <u>Catarina Ribeiro Lopes</u>, Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui (ARNet) ou aqui.